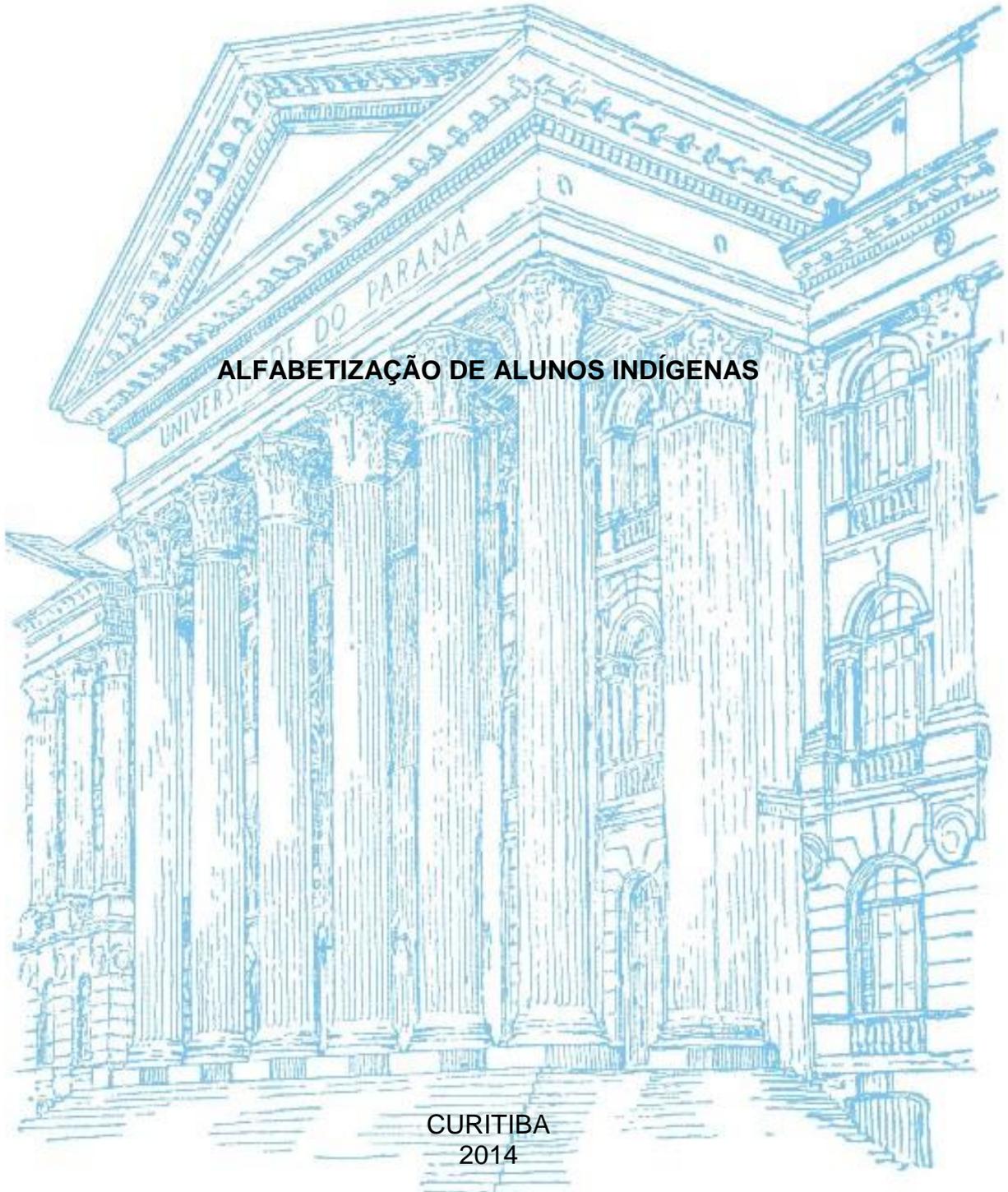


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

JAKELINE SILVA SALLES

ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS INDÍGENAS



CURITIBA
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

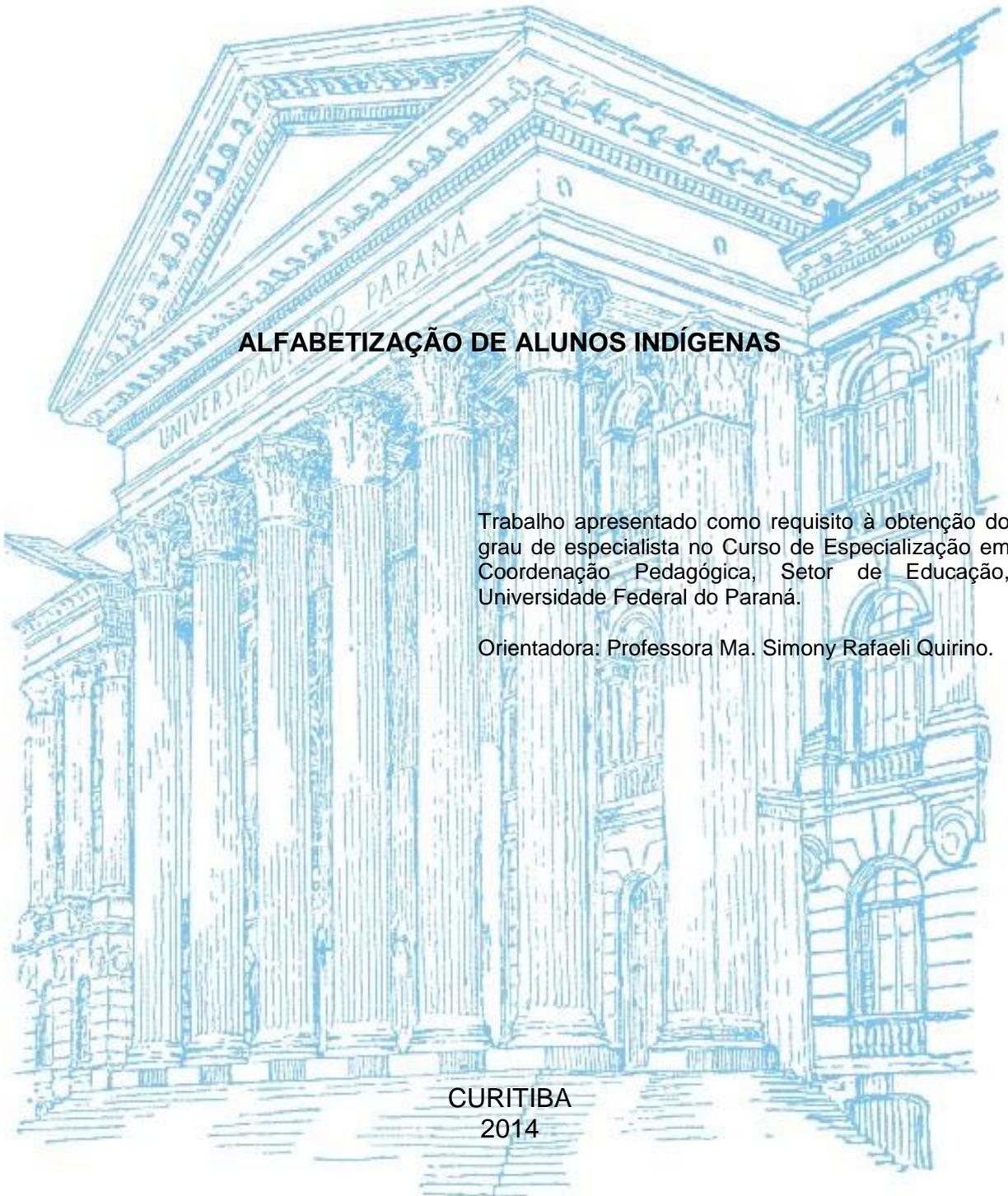
JAKELINE SILVA SALLES

ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS INDÍGENAS

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Professora Ma. Simony Rafaeli Quirino.

CURITIBA
2014



SUMÁRIO

Introdução	05
A Educação indígena no Brasil	06
Alfabetização de alunos indígenas	08
Contexto da Escola pesquisada	09
Alfabetização de alunos indígenas na Escola pesquisada	10
Visão dos professores acerca da alfabetização de alunos indígenas	11
Considerações Finais	12
Referencias bibliográficas	14

ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS INDÍGENAS

JAKELINE SILVA SALLES¹

RESUMO

O presente estudo procura mostrar como ocorre o processo de alfabetização de alunos indígenas, tendo como pano de fundo a realidade do Colégio Estadual Indígena Cacique Koféj, situado na Terra Indígena São Jerônimo, no município de São Jerônimo da Serra/Paraná. Para isso, foi analisado o Projeto Político Pedagógico da escola e foram aplicados questionários aos professores alfabetizadores procurando mostrar a visão que estes têm sobre o processo de alfabetização dos alunos indígenas. Pode-se ver que na escola pesquisada o processo de alfabetização ocorre de forma bilíngue, onde além das aulas de língua portuguesa, os alunos têm aulas da língua materna das etnias que fazem parte da Terra Indígena São Jerônimo. Segundo os professores alfabetizadores o ensino de língua portuguesa juntamente ao ensino da língua materna dos alunos é provido por discussões sobre a cultura, uma vez que, os conteúdos abordados são interdisciplinares, podendo, portanto, vincular-se a alfabetização.

Palavras-chave: Alfabetização; Língua materna; Comunidade indígena.

¹ Artigo produzido pela aluna Jakeline da Silva Salles do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora mestra Simony Rafaeli Quirino. E-mail: jakelinesilvasalles@hotmail.com.

Introdução

Até meados de 1980, a aprendizagem inicial da leitura e da escrita limitava-se a alfabetização. O objetivo era levar à criança a aprendizagem do sistema convencional da escrita e apropriar-se do sistema para só depois fazer uso dele.

Os métodos de alfabetização foram se alterando ao longo do tempo e seguindo alguns princípios: princípio da síntese – alfabetizar a partir das unidades menores da língua em direção a unidades maiores; princípio de análise - alfabetizar, ao contrário, a partir das unidades maiores e portadoras de sentido em direção as unidades menores. Em ambas as opções, porém a meta sempre era a aprendizagem do sistema alfabético e ortográfico da escrita (PARANÁ, 2010, p. 24).

No entanto, em meados dos anos 80, com a difusão no Brasil da psicogênese da língua escrita – do construtivismo – trouxe nova orientação para a aprendizagem inicial da língua escrita. Apagou-se a distinção entre alfabetização e letramento, propondo que a aprendizagem do sistema de escrita – a alfabetização – decorresse de uma interação intensa e diversificada da criança com práticas e materiais reais de leitura e de escrita com diferentes gêneros, diferentes portadores, ou seja, que decorresse do letramento. Por meio do letramento, a criança iria construindo progressivamente seu conceito do sistema de escrita, até tornar-se alfabética e iria descobrindo de acordo com seu ritmo e suas hipóteses próprias as relações entre fonemas e letras (PARANÁ, 2010, p. 25).

Hoje o momento é de síntese: não mais alfabetização ou letramento, mas alfabetização e letramento. Se não houver indissociabilidade entre alfabetização e letramento, a criança não verá sentido em aprender a tecnologia, pois esta não a levará além de relações entre sons e letras, famílias silábicas, frases descontextualizadas (PARANÁ, 2010, p. 26).

Dessa forma, a alfabetização supõe o ensino de forma explícita sistemática, progressiva, sequente, uma vez que as relações entre fonemas e grafemas são convencionais e em grande parte arbitrárias. Esse ensino não deve ser feito com base em frases e textos construídos artificialmente para servir ao objetivo de ensinar a ler e escrever; ao contrário deve ser feito a partir

de textos reais, textos que circulam no contexto da criança. O letramento deve ser orientado por objetivos específicos; familiarização da criança, na leitura e na escrita, com diferentes gêneros de textos e suas características específicas. Essas atividades podem e devem aproveitar-se de todas as oportunidades que levem a criança a identificar e a compreender a tecnologia que possibilita a produção do material escrito com que convive (PARANÁ, 2010, p. 26).

Todas essas orientações estão vinculadas à uma alfabetização eficiente em que os alunos ao mesmo tempo que sejam alfabetizados também sejam letrados. Contudo, cabe ressaltar se estas orientações servem para todos os alunos, em especial, aos alunos indígenas.

Pensando nessa problemática, o presente estudo procura mostrar como ocorre o processo de alfabetização de alunos indígenas, tendo como pano de fundo a realidade do Colégio Estadual Indígena Cacique Koféj, situado na Terra Indígena São Jerônimo, no município de São Jerônimo da Serra/Paraná.

A educação indígena no Brasil

As políticas públicas para a educação escolar indígena tiveram início com a Constituição Federal de 1988, a qual estabeleceu um novo olhar no que tange ao reconhecimento e a valorização dos povos indígenas. A política integracionista da nova Constituição buscou o reconhecimento da diversidade das sociedades indígenas inseridas no país, porém apontava como objetivo o fim de tal diversidade.

Pensava-se em uma escola para indígenas que consolidasse a homogeneização da sociedade brasileira, onde apenas prevaleciam os conhecimentos valorizados pela sociedade de origem europeia. As línguas indígenas eram apenas consideradas um meio de facilitar a tradução dentro da aquisição dos conhecimentos, bem como os conteúdos valorizados pela cultura nacional vigente.

Em meados da década de 1991, a educação indígena deixa de ser responsabilidade da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), passando a ser responsabilidade do MEC (Ministério da Educação e Cultura).

No ano de 1993, o MEC criou o Comitê de Educação Indígena, tendo como dirigentes representantes de alguns povos indígenas. No mesmo ano criou as Diretrizes para a Política Nacional de Educação Indígena.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394, inseriu a educação indígena no sistema público de educação pela primeira vez, considerando dever do Estado a oferta de uma educação intercultural e bilíngue de qualidade, para que esta contribua com a afirmação e revitalização das identidades étnicas, prevendo que os currículos escolares apresentassem conteúdos culturais. Como consequência, em 1998, foi elaborado o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCN/I).

Contudo, de acordo com Brasil (2010) somente no ano de 1999 que o Conselho Nacional de Educação criou as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, cuja preocupação consistia em manter a diversidade cultural dos índios, tendo como políticas a afirmação das identidades étnicas, a recuperação das memórias históricas, bem como a valorização das línguas e conhecimentos dos povos indígenas.

As lideranças indígenas distinguem a educação indígena da educação escolar, uma vez que a educação indígena é considerada como a principal responsável pela aquisição das tradições, costumes e saberes específicos existentes na tribo, ou seja, da própria etnia a qual o indígena pertence (GONÇALVES; MELLO, 2009).

A educação indígena se caracteriza pelos processos tradicionais de aprendizagem de saberes e costumes característicos de cada etnia. Estes conhecimentos são ensinados de forma oral no dia a dia, nos rituais e nos mitos. Entretanto, várias etnias indígenas têm buscado a educação escolar como um instrumento de redução da desigualdade, de afirmação de direitos e conquistas e de promoção do diálogo intercultural entre diferentes agentes sociais (GONÇALVES; MELLO, 2009).

O MEC (1998, p. 24 e 25) determina como características principais da educação indígena: ser comunitária, pois é conduzida pela comunidade indígena, de acordo com seus projetos, suas concepções e seus princípios; intercultural porque deve reconhecer e manter a diversidade cultural e linguística, promover uma situação de comunicação entre experiências socioculturais, linguísticas e históricas diferentes, não considerando uma

cultura superior à outra e estimular o entendimento e o respeito entre seres humanos de identidades étnicas diferentes; bilíngue/multilíngue porque a reprodução sociocultural das sociedades indígenas é, na maioria dos casos, manifestados através do uso de mais de uma língua; específica e diferenciada porque concebida e planejada como reflexo das aspirações particulares do povo indígena e com autonomia em relação a determinados aspectos que regem o funcionamento e orientação da escola não indígena.

Alfabetização de alunos indígenas

No que se refere à alfabetização nas escolas indígenas percebemos posições antagônicas em relação ao uso da língua tanto indígena, como portuguesa.

As autoras Grizzi e Silva (1981, p. 20) são representantes deste antagonismo, pois uma defende a alfabetização em língua indígena, argumentando em favor da maior facilidade de aprendizado num idioma já conhecido, a língua mãe, e em favor da capacidade de perpetuação da língua indígena por meio da escrita (a alfabetização como recurso de preservação da língua indígena). Já a outra autora defende a alfabetização em português, apoiando-se nos argumentos fornecidos pelos índios, ou seja, a inutilidade da escrita na língua indígena no seio das próprias sociedades indígenas, baseadas na oralidade, bem como a premência do domínio da escrita em português como arma de defesa dos índios na situação de contato com os brancos.

Ladeira (1981, p.171) destaca que o uso da língua indígena inicialmente na alfabetização é um recurso para a revitalização da cultura própria da etnia.

A justificativa da alfabetização na língua indígena como um mecanismo significativo de reforço e coesão étnica, de valorização da cultura indígena, repousa nas afirmações do tipo: “é importante para o índio ver que sua língua vale tanto quanto a do branco” ou a “língua indígena escrita está mais próxima da estrutura do pensamento indígena, e assim é capaz de melhor reproduzir os mitos, a sua cultura” (LADEIRA, 1981, p. 171).

Contudo, conforme o mesmo autor, para os indígenas que vivem no Brasil, a língua portuguesa torna-se um instrumento de defesa de seus direitos legais, econômicos e políticos e, conseqüentemente, um meio para ampliar o seu conhecimento e também o da humanidade, cujo recurso para serem reconhecidos e respeitados, nacional e internacionalmente no que tange a sua diversidade, considerado um canal de suma importância para se relacionarem entre si e, portanto, para firmarem posições políticas comuns.

Compreende-se, dessa forma, que definir em que língua se vai alfabetizar é um problema existente, considerando que exige análise da situação linguística e das necessidades objetivas decorrentes do tipo de contato vivenciado e do grau de aculturação do grupo, bem como de exigir a efetiva participação da comunidade no processo de escolha ao uso da língua.

Contexto da escola pesquisada²

O Colégio Estadual Indígena Cacique Koféj está localizado numa comunidade indígena que é formada por três etnias: Kaingang, Guarani e Xetá, tendo dois caciques e lideranças para cada etnia. Também há não indígenas que residem na comunidade.

A terra indígena possui 1339 hectares de área, sendo que 128 hectares são de matas para preservação. A maioria da população é de baixa renda e praticam a agricultura de subsistência, bem como o artesanato. Também são beneficiários de programas sociais do Governo como o Bolsa Família, Leite das Crianças e Luz Para Todos.

A comunidade apresenta um perfil participativo e integrado ao Colégio. Esta postura se dá por meio da participação nas reuniões de pais e mestres e do envolvimento dos caciques que, como porta vozes da comunidade, trazem para o cotidiano escolar os anseios, críticas e sugestões das comunidades que representam.

O Colégio oferta a Educação Infantil, o Ensino Fundamental Anos Iniciais, o Ensino Fundamental Anos Finais e o Ensino Médio, conta com uma diretora; três pedagogos sendo um deles indígena da etnia Kaingang; sete

² Destaca-se que todos os dados referentes a escola foram retirados do Projeto Político Pedagógico da mesma.

agentes educacionais, cinco professores da Língua Indígena, sendo todos indígenas (3 da etnia Kaingang e 2 da etnia Guarani); e, trinta e três professores dos quais dezoito são indígenas (10 da etnia Kaingang e 8 da etnia guarani). Todos os funcionários do Colégio são contratados pelo Processo Seletivo Simplificado (PSS), sendo necessária a carta de anuência dos caciques.

A preocupação maior do Colégio é atender as necessidades da comunidade local garantindo o acesso de todas as crianças em idade escolar com qualidade e estimular a sua permanência com sucesso, oportunizando uma melhoria na qualidade de vida e fortalecendo valores culturais da etnia Guarani, Kaingang e Xetá tanto em sala de aula, quanto no cotidiano dos alunos. Procura-se respeitar as diferenças individuais dos alunos para promover melhor integração entre eles com o auxílio de todos os membros da escola, APMF, comunidade, caciques e lideranças para participação em eventos e reuniões realizadas na instituição escolar.

Alfabetização de alunos indígenas na escola pesquisada

No Colégio Estadual Indígena Cacique Koféj é ofertado o ensino bilíngue desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Todos os alunos têm aulas de Guarani e Kaingang regularmente como disciplina inserida na grade curricular da instituição. A língua Xetá, por enquanto, não está na matriz curricular e é ofertada apenas para alunos dessa etnia em contra turno.

O Colégio cumpre o artigo trinta e dois da LDB nº 9.394/96 que reafirma o uso das Línguas Indígenas, além da Língua Portuguesa nas atividades de ensino-aprendizagem na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Portanto, o ensino de Línguas Indígenas é valorizado no ambiente desta Escola. A língua materna ministrada por professores bilíngues é aplicada a toda a clientela em busca da afirmação da cultura até então almejada pelos avós, pais, professores e comunidade.

As duas línguas (Kaingang e Guarani) são trabalhadas na escola como elemento curricular. O ensino bilíngue busca proporcionar a manutenção da tradição do maior patrimônio cultural: a língua. Esse ensino linguístico conta com currículo próprio desenvolvido especialmente para os alunos que são de

cada etnia. Porém, há desafios que se apresentam na manutenção das duas línguas, como a proximidade social do indígena com o não indígena falante de português que tem levado os jovens e crianças a utilizarem pouco a sua língua nativa no seu cotidiano. O número de pessoas que fala fluentemente o Kaingang ou o Guarani está diminuindo e corre-se o risco de que essas línguas se transformem apenas em conhecimento cultural nas próximas gerações. À escola impõe-se a necessidade de promover e incentivar o uso dessas línguas como elemento de comunicação diária, quebrando qualquer espécie de preconceito externo e interno no uso das línguas nativas. Aliado ao ensino de Guarani e Kaingang há o ensino de Português que é a língua predominante no cotidiano da comunidade, que tem buscado trabalhar elementos da cultura indígena e não indígena através do texto como discurso social, como preconizam as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná. As aulas são trabalhadas com a mesma importância procurando, assim, alfabetizar os alunos na língua materna embora os mesmos não sejam falantes fluentes da mesma.

Visão dos professores sobre o processo de alfabetização de alunos indígenas

Procurando verificar a percepção dos professores alfabetizadores da escola pesquisada sobre o processo de alfabetização de alunos indígenas foram aplicados questionários. Ao todo foram aplicados quatro questionários. Este possuía quatro questões. As características dos professores respondentes podem ser verificadas no quadro abaixo.

Professor	Sexo	Idade	Formação	T. A. na Educação	T. A. Escola	Turma
A	F	32	Magistério indígena e cursando pedagogia	7	7	1º ano
B	F	27	Licenciatura plena em pedagogia	4	4	2º ano
C	F	36	Magistério indígena e Licenciatura plena em pedagogia	2	2	3º ano
D	F	35	Licenciatura plena em pedagogia	10	4	3º ano

Quadro 1: Características dos professores respondentes.

Fonte: Questionários sobre a visão dos professores sobre a alfabetização de alunos indígenas.

Quando questionadas sobre como conciliam o ensino de língua portuguesa ao ensino da língua materna dos alunos, as quatro professoras responderam que conseguem passar o contato e discussões sobre a cultura, uma vez que, tais conteúdos são interdisciplinares, podendo, portanto, vincular-se a alfabetização. Além disso, costumam conciliá-los por meio da valorização do conhecimento de mundo dos educandos e que isto acontece nas conversas informais dentro da sala de aula. As professoras também relatam que percebem a dificuldade de alguns educandos para se sentirem seguros em expor suas opiniões, ou seja, trabalhando sobre a sua história e seu cotidiano/dia a dia em sua comunidade.

Os materiais que costumam utilizar nas aulas, além dos livros didáticos, são materiais encontrados na própria comunidade, como sementes, plantas, frutas, alimentos, nomes de animais existentes na Terra Indígena, pesquisa na própria comunidade e relatos de histórias com pessoas mais velhas. As professoras também relatam que a escola dispõe de alguns materiais didáticos diferenciados, como jogos pedagógicos. No entanto, muitos materiais são adaptados conforme a necessidade/realidade do aluno indígena obtendo desta forma um melhor entendimento sobre os assuntos em questão.

Quando indagadas sobre as principais dificuldades na alfabetização de alunos indígenas as quatro professoras responderam ser o fato dos alunos faltarem às aulas, pois isto prejudica no processo de alfabetização. Na visão de três professoras um dos motivos das faltas é que muitas famílias saem para trabalhar fora ou saem vender seus artesanatos e levam seus filhos. Na visão de uma professora, alguns indígenas não são “capitalistas”, por isso acham que não é tão necessário os estudos. Além disso, as professoras citaram como dificuldade a falta de livros, pois poucos livros didáticos são disponibilizados, o que leva a necessidade de muitas atividades terem que ser adaptadas para a realidade do aluno.

Considerações Finais

Com este trabalho podemos constatar que a alfabetização indígena deve acontecer a partir de elaboração de aulas diferenciadas, considerando que tais aulas despertam a curiosidade e atenção dos educandos, visando a

realidade do aluno, neste caso a própria cultura indígena, de forma que a aprendizagem seja inovadora, inserindo assim os recursos pertinentes, os quais contribuem muito na busca do saber.

No Colégio Estadual Indígena Cacique Koféj é ofertado o ensino bilíngue desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Todos os alunos têm aulas de Guarani e Kaingang regularmente como disciplina inserida na grade curricular da instituição. A língua Xetá, por enquanto, não está na matriz curricular e é ofertada apenas para alunos dessa etnia em contra turno.

O ensino de línguas indígenas é valorizado no ambiente desta Escola, pelo fato da língua portuguesa ser a mais utilizada pelos alunos, a Escola visa a revitalização da língua materna. A língua materna ministrada por professores bilíngues é aplicada a toda a clientela em busca da afirmação da cultura até então almejada pelos avós, pais, professores e comunidade.

O ensino bilíngue busca proporcionar a manutenção da tradição do maior patrimônio cultural: a língua. O ensino da escola indígena consiste em manter a diversidade cultural dos indígenas, tendo como políticas a afirmação das identidades étnicas, a recuperação das memórias históricas, bem como a valorização das línguas e conhecimentos dos povos indígenas.

Na visão dos professores quando questionados sobre como conciliam o ensino de língua portuguesa ao ensino da língua materna dos alunos, as quatro professoras responderam que conseguem passar o contato e discussões sobre a cultura, uma vez que, tais conteúdos são interdisciplinares, podendo, portanto, vincular-se a alfabetização. Além disso, costumam conciliá-los por meio da valorização do conhecimento de mundo dos educandos e que isto acontece nas conversas informais dentro da sala de aula. As professoras também relatam que percebem a dificuldade de alguns educandos para se sentirem seguros em expor suas opiniões, ou seja, trabalhando sobre a sua história e seu cotidiano/dia a dia em sua comunidade.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 05 Jun. 2014.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394/96**. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/leis-ordinarias#content>> Acesso em: 05 Jun. 2014.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena**. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/leis-ordinarias#content>> Acesso em: 05 Jun. 2014.

BRITO, S. H. A. de. **Educação e Diversidade em questão: examinando os projetos alternativos de escolas para o índio nos anos 70**. In: CAETANO, C. V.; BRITO, S. A. de (Orgs). Educação e diversidade cultural. Campo Grande: UNIDERP, 2004.

CAPRISTANO, Carneiro Cristiane; ROMUALDO, Carlos Edson. **Letramento e Escrita: Elementos de fonologia, fonética e algumas questões relacionadas à alfabetização**. In: SANTOS, Annie Rose dos; ROMUALDO, Edson Carlos; RITTER, Lilian Cristina Buzato (Org.). **Letramento e escrita**. Maringá: EDUEM, 2010. p.49-74 (Formação de Professores - EAD, n. 40).

COLÉGIO ESTADUAL INDÍGENA CACIQUE KOFÉJ. **Projeto Político Pedagógico**. 2013.

FERREIRO, Emilia. **Reflexão sobre alfabetização/ Emilia Ferreiro: Tradução Horácio Gonzales (et. al.), 24 ed. atualizada** – São Paulo: Cortez, 2001. – (coleção questões da nossa época; v. 14)

GONÇALVES, E.; MELLO, F 2009. **Educação Indígena**. Colégio Estadual Wolf Klabin.

GRIZZI, D. C. S.; SILVA, A. L. da. **A Filosofia e a Pedagogia da Educação Indígena: um resumo dos debates**. In: COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. A Questão da Educação Indígena. São Paulo, Brasiliense, 1981.

LADEIRA, M. E. **Sobre a língua da alfabetização indígena**. In: COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. A Questão da Educação Indígena. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MEC. **Educação Indígena.** Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18692:educacao-indigena-&catid=323&Itemid=164> Acesso em: 05 Jun. 2014.

NASCIMENTO, A. C. **Escola Indígena: palco das diferenças.** Campo Grande: UCDB, 2004. (Coleção teses e dissertações em educação, V. 2)

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Orientações Pedagógicas Para Anos Iniciais.** Curitiba: SEED, 2010.

_____. **Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná.** Disponível em:
<www.educacao.pr.gov.br> Acesso em: 05 Jun. 2014.

TOZETTO, Anita Henriqueta Kubiak. **Educação indígena no Brasil.** Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAe2skAB/a-educacao-indigena>> Acesso em: 05 Jun. 2014.